

Subjetividade indignada: movimentos em rede e a afirmação da democracia

Outraged subjectivity: movements in the network and the affirmation of democracy

Subjetividad Indignada: movimientos en red y la afirmación de la democracia

Carolina Salomão Corrêa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Solange Jobim e Souza

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

As recentes manifestações sociais ao redor do mundo marcam um momento paradigmático da nossa sociedade. Trata-se de um acontecimento, no sentido conferido por Deleuze, que como tal evidenciam uma mudança de subjetividade. Segundo o filósofo, o acontecimento não traz soluções para problemas, mas instauram novas possibilidades. Diante do insuportável, o acontecimento altera nossa maneira de sentir, apontando para novas formas de vida. Nesse sentido, esse artigo investiga a emergência de uma nova subjetividade, indignada, com anseios democráticos e libertadores que organizada em rede promove micro-revoluções com reivindicações diversas. Simultaneamente locais e globais, os movimentos sociais recentes são representativos de uma nova forma de resistência, que tem as redes sociais como cenário, e os valores de criatividade, cooperação e comunicação como ferramentas fundamentais para as lutas. Assim, esse trabalho propõe uma breve análise dos movimentos juvenis dos últimos anos destacando suas origens, modos de organização e produção de subjetividade.

Palavras-chave: Subjetividade; Política; Movimentos Sociais; Redes Sociais; Colaboração.

Abstract

The recent social demonstrations around the world mark a paradigmatic moment of our society. It is an event, in the sense given by Deleuze, which shows a change of subjectivity. According to the philosopher, the event does not bring solutions to the problems, but establishes new possibilities. Faced with the unbearable, the event alters the way we feel, pointing to new ways of life. Thus, this article investigates the urgency of a new subjectivity, outraged, with democratic and liberating aspirations that, organized in the network, promote micro-revolutions with various claims. Both local and global, the recent social movements are representative of a new form of resistance which has the social networks as a setting and the values of creativity, cooperation and communication as fundamental tools for the struggles. Thus,

this paper proposes a brief analysis of the youth movements of recent years, highlighting their origins, methods of organization and production of subjectivity.

Key-words: Subjectivity; Politics; Social Movements; Social Networks; Collaboration.

Resumen

Las recientes manifestaciones sociales en todo el mundo marcan un momento paradigmático de nuestra sociedad. Este es un acontecimiento, en el sentido dado por Deleuze, y, como tal, evidencia un cambio de subjetividad. Según el filósofo, el acontecimiento no aporta soluciones a los problemas, sino el establecimiento de nuevas posibilidades. Frente a lo insoportable, el acontecimiento cambia nuestra forma de sentir, apuntando a nuevas formas de vida. Por lo tanto, en este trabajo se investiga la aparición de una nueva subjetividad, indignada, con aspiraciones democráticas y liberadoras que, organizada en red, promueve micro-revoluciones con diversas reclamaciones. Al mismo tiempo locales y globales, los movimientos sociales recientes son representativos de una nueva forma de resistencia que tiene las redes sociales como escenario y los valores de la creatividad, la cooperación y la comunicación como herramientas fundamentales para las luchas. Por lo tanto, este artículo presenta un breve análisis de los movimientos juveniles de los últimos años, destacando sus orígenes, modos de organización y producción de subjetividad.

Palabras-clave: Subjetividad; Política; Movimientos Sociales; Redes Sociales; Colaboración.

Introdução

É primavera, mas nem tudo são flores

“Rio ou Istambul. A luta é global. Essa revolução é copyleft. (Ocuppy Brasil)”¹

Na noite de 28 de maio, a prefeitura de Istambul iniciou a remoção de algumas árvores do parque Gezi, localizado no centro da cidade turca. A intervenção marcava o início de um projeto urbanístico apoiado

pelo governo que prevê a destruição da praça Taksim e o adjunto parque Gezi para a construção de um shopping center. Em algumas horas, dezenas de pessoas se reuniram no parque para evitar novas remoções. A divulgação nas redes sociais fez com que o número de manifestantes aumentasse rapidamente. Às cinco horas da manhã, tropas policiais foram enviadas ao local para dispersar os manifestantes. Com canhões d’água e bombas de gás lacrimogêneo, tentaram dispersar os manifestantes,

no entanto o uso excessivo de força policial para conter o protesto reforçou a resistência e ampliou a temática do movimento.

Embora o protesto vise a preservação do parque – uma das poucas áreas verdes restantes no centro histórico de Istambul – a ocupação da praça Taksim é muito mais que uma manifestação de cunho ambiental. Occupy Gezi, como ficou globalmente conhecido nas redes sociais, é o mais recente movimento político liderado por jovens que reivindicam maior participação nas definições governamentais de seus países. Nesse sentido, a manifestação na praça Taksim tem como estopim a tirania dos interesses da especulação imobiliária, mas os protestos revelam uma insatisfação política em relação ao governo do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan. As críticas referem-se ao autoritarismo do governo, à imposição de preceitos islâmicos nas leis – que ferem a laicidade do país – e o excesso de violência das forças de repressão.

No segundo dia de resistência, mais de dois milhões de mensagens enviadas pelo Twitter referiam-se à ocupação. As *hashtags*² (#) *occupygezi*, *direngezipark* ficaram entre os tópicos mais comentados na rede social. Semelhante a palavras-chave, as *hashtags* funcionam como hiperlinks e facilitam a localização de informações sobre os movimentos. A expressiva circulação de informação na internet se

refletiu nas ruas. No terceiro dia, a manifestação se espalhou para outras cidades do país, chegando à capital. Em sua primeira declaração pública sobre a ocupação do parque, o primeiro ministro turco culpou as mídias sociais pelo tumulto³.

Submissa ao governo, a imprensa turca demorou a se manifestar. Quando os manifestantes saíram às ruas de Istambul e outras grandes cidades e foram atacados por forças de segurança com canhões de água, balas de borracha e gás lacrimogêneo, os principais canais de TV mantiveram a programação padrão: um programa de culinária, um documentário sobre a natureza e até um concurso de beleza. Inicialmente, as grandes mídias internacionais deram pouco destaque ao movimento. O Twitter e outras mídias sociais foram fundamentais para a divulgação do movimento; a página oficial do protesto no Facebook, criada dois dias após a ocupação, declara que “o parque transformou-se em símbolo de liberdade de expressão, violação dos direitos humanos e corrupção na Turquia”⁴. Com mais de 60 mil integrantes, a mesma fornece informações atualizadas sobre a manifestação e é espaço para debates sobre futuras ações, além de convergir mensagens de solidariedade e apoio ao movimento. Assim, as redes sociais ocuparam o espaço negligenciado pela mídia tradicional, mostrando o que o jornal local omitia e de modo inverso, acabaram

por pautar a mídia tradicional. Na ausência de informação através dos veículos instituídos, o movimento criou sua própria mídia, rompendo o monopólio da opinião e da informação. Em busca rápida no Google, é possível encontrar dezenas de sites e blogs que expõem relatos, fotos e fóruns sobre a manifestação. Por fim, a mídia livre agenciada pelas redes sociais ampliou o âmbito do movimento, tornando-o global.

Hardt e Negri (2004) explicam que a globalização tem duas faces. Numa delas, o que é disseminado são as próprias estruturas de poder e hierarquias que se perpetuam. Entretanto, “a globalização também é a criação de novos circuitos de cooperação e colaboração que se alargam pelas nações e continentes”. Ela permite que mesmo distantes e diferentes, descubramos pontos em comum que permitam que nos comuniquemos uns com os outros para que possamos agir conjuntamente (p.12). Nesse sentido, as redes sociais são a ferramenta fundamental para que esse contato se efetive. A articulação de movimentos locais em escala global comprova a face positiva da globalização.

As mídias sociais são responsáveis também por motivar, em escala global, manifestações semelhantes. A comunicação em rede permite que a indignação local, ganhe uma força coletiva, através de uma rede solidária à causa. Todos os movimentos dos últimos cinco anos dão prova

do argumento. O movimento da Primavera Árabe teve início na Tunísia, em 2010, e através de mobilizações e manifestos solidários na internet se espalhou para o norte da África e para o Oriente Médio. O movimento Occupy Wall Street, em sua página oficial, assume a inspiração na revolta árabe; as ocupações iniciadas em Nova-York, por sua vez, se espalharam para outras cidades de mais de 80 países. Em Madrid, o movimento dos Indignados se adensou da mesma forma. O efeito contagiante das manifestações revela uma insatisfação de ordem político-social que é global, embora acionadas por diferentes pretextos.

Ecos da Turquia: Manifestação “Passe Livre” no Brasil

Quando o primeiro grande ato contra o aumento de tarifas de transportes públicos no país ocorreu, em São Paulo, notícias sobre as manifestações na Turquia já eram recorrentes nos jornais brasileiros. Aqui como lá, a manifestação foi marcada por truculência das forças de repressão da polícia militar. Aqui como lá, as redes sociais foram responsáveis por divulgar o movimento e fornecer informações, enquanto os jornais relutavam em noticiar o ocorrido. Aqui como lá, as manifestações iniciaram-se por um motivo específico – aumento da tarifa do transporte aqui, destruição de parque público lá – mas rapida-

mente outras reivindicações entraram na pauta. E por fim, aqui como lá, o sentimento era de indignação.

Em São Paulo, as manifestações foram convocadas pelo Movimento Passe Livre, grupo que desde 2006 reivindica a adoção da tarifa zero para os transportes públicos da capital paulista. No resto do país, o movimento foi abraçado por grupos anônimos, que reunidos pelo Facebook convocavam passeatas e novos atos com a mesma pauta. Assim como em Istambul, houve severas críticas à cobertura dos eventos pela mídia tradicional. Na internet, proliferam-se páginas que defendem uma comunicação livre, sem censura, disponibilizando relatos de manifestantes, fotos e ações. A página do Facebook Ocuppy Brasil⁵ virou espaço de convergência de informações dos atos que ocorriam em diferentes cidades. Nela, os integrantes compartilham notícias de jornais, artigos autônomos, relatos de manifestantes, fotos, charges e convocações para novos atos. O movimento da Turquia foi referência constante. Em uma ilustração, as bandeiras do Brasil e da Turquia aparecem unidas, com a frase “together we are strong”.

No quarto dia de grandes manifestações nas principais capitais do país, a página oficial do movimento turco publicou relatos do protesto no Brasil. Em uma das postagens um jovem brasileiro relatava os eventos e agradecia a inspiração vinda

de Istambul. Na página turca, a ilustração das bandeiras juntas foi reproduzida.

Após duas semanas de protestos, os prefeitos de São Paulo e Rio de Janeiro convocaram uma coletiva e revogaram o aumento das passagens; os governos de Recife e Porto Alegre haviam recuado dias antes. No entanto, os protestos não cessaram. As manifestações instauraram questões que ultrapassam a questão da qualidade do transporte público e abriram um campo de reivindicações diversas. Vencida a luta pela redução das tarifas, outras demandas foram elencadas: rigor com crimes de corrupção; esclarecimento sobre os gastos excessivos com eventos esportivos que a cidade e o país irão sediar; participação na deliberação de propostas de emenda à constituição (PEC). O slogan “amanhã vai ser maior”, adotado nas ruas e nas redes sociais ilustra a disposição dos manifestantes para novas lutas.

O relato de ambos os movimentos é importante para elucidar o contexto da construção deste artigo. Há uma evidente incipiência nas reflexões que compõem este trabalho. Diante de um evento tão potente e imprevisto, como são essas manifestações, é preciso cuidado na análise e interpretação dos fatos. Adoto, portanto, a cautela sugerida pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares (2013) ao comentar os eventos das últimas semanas:

Não se sabe em que vai dar o movimento, não se pode saber, nem há garantias. E aí está o primeiro ponto sem cujo reconhecimento não produziremos as condições indispensáveis à futura compreensão do que o movimento significa. Neste momento, é necessário afirmar com humildade nossa ignorância ante um processo cuja natureza nos desafia intelectualmente.

Podemos apenas supor que vivemos um momento paradigmático cujo futuro e consequências não podem ser apreendidos ainda. Trata-se de um acontecimento, no sentido conferido por Deleuze (1992). Para o filósofo, o acontecimento não traz soluções para problemas, mas instaura novas possibilidades.

Maurizio Lazzarato (2006) comenta que movimentos como a resistência turca no parque Gezi, à semelhança dos “occupies”, Indignados e a Primavera Árabe, evidenciam uma mudança de subjetividade, “ou seja, uma mudança na maneira de sentir: não suportamos mais o que suportávamos”, diz o autor (p.11). Amparado em Deleuze, Lazzarato explica que o acontecimento faz ver aquilo que uma época tem de intolerável, mas faz também emergir novas formas de vida. “Todos são levados a se abrir ao acontecimento, ou seja, ao plano das novas perguntas e das novas respostas”. Nesse sentido, “o acontecimento insiste, quer dizer ele continua a agir, a produzir seus efeitos” (p.23).

Esse artigo irá investigar a emergência de uma nova subjetividade que se organiza em rede promovendo mini-revoluções com reivindicações diversas. Comentando as recentes manifestações, diversos autores (Cocco, 2013; Castells, 2013; Soares, 2013) concordaram que apesar das diferenças contextuais, os movimentos no Brasil e na Turquia têm grandes semelhanças com manifestações precedentes na Europa, no Oriente Médio e nos Estados Unidos. De maneira geral, são iniciativas mais emocionais que programáticas, pacíficas, de caráter apartidário, agenciadas em rede e exigentes de democracia. Assim, este trabalho propõe uma breve análise dos movimentos juvenis nos últimos anos destacando seus processos de constituição, seus modos de organização e conquistas.

Multidão, redes e wiki⁶ referências

Teoricamente, essa investigação se ampara nas reflexões de Antonio Negri e Michael Hardt (2004) acerca do conceito de multidão, recuperado por Negri em Spinoza, e desenvolvido por ambos na publicação de 2004. Os autores desenvolvem a ideia de multidão para representar um novo modo de organização da democracia, constituído por um conjunto de singularidades cooperantes, que existe para produzir diferenças, invenções, modos de vida. Negri e

Hardt confiam à multidão o papel de uma ação política voltada para a transformação e a libertação. Neste artigo iremos contemplar as lutas de resistência em rede como produto da potência biopolítica da multidão.

As reflexões de Manuel Castells amparam a discussão sobre os agenciamentos em rede. Autor de “A sociedade em rede” (1999), Castells é um dos mais relevantes autores para pensar os efeitos das revoluções das tecnologias de informação e comunicação na forma de agir e se estruturar da sociedade civil contemporânea. Para o autor, o paradigma tecnológico que viabiliza a rede, funda uma nova lógica de sociabilidade que se revela na maneira que nos relacionamos com o tempo, com os espaços e com os outros indivíduos. Assim, a rede é a infraestrutura de nossas vidas.

Em virtude da atualidade do tema, conforme exposto, os movimentos que o artigo pretende analisar se desenvolvem no instante em que tentamos apreender seus processos constituintes, contexto e futuro, este trabalho se ampara em relatos nas redes sociais, notícias da mídia tradicional e livre, além da própria vivência diária com os acontecimentos e manifestações. Na internet, “wiki” refere-se à reunião de informações construídas coletivamente em uma plataforma colaborativa que permite o livre acesso e edição do conteúdo. Deste

modo, esse artigo contou com a contribuição coletiva de manifestantes, jornalistas, midialivristas, para referenciar as reflexões que ele se propõe.

O inédito viável: juventude e as perspectivas para o futuro

Quem são os indignados?

“Nós, os desempregados, os mal pagos, os subcontratados, os precários, os jovens queremos uma mudança e um futuro digno. Estamos fartos de reformas antisociais que nos deixam sem trabalho”. Assim se apresentam os indignados, na plataforma “*Real Democracia Ya*”⁷, responsável pela convocação das manifestações e acampadas espanholas. Ao se apresentarem, eles descrevem também o que Giuseppe Cocco (2013) identifica como a nova composição social do trabalho formada por jovens precários, estudantes, migrantes e parcialmente empregados. É importante notar que embora nem todos os movimentos tenham a crise econômica como estopim, em última instância, todos os movimentos são reivindicativos de oportunidades igualitárias de acesso à cidade e a qualidade de vida. O movimento dos Indignados, de modo específico, tinha no cerne a crise econômica que eliminou quase 150 mil postos de trabalho e deixou mais de quatro milhões de espanhóis sem

emprego, o equivalente a pouco mais que 20% da população economicamente ativa do país⁸. Entre os jovens, a taxa de desemprego superou os 50%. Os dados espanhóis embora evidentemente agravados pela crise, não diferem de maneira significativa da realidade do resto do globo. Nesse sentido, esses movimentos jovens reivindicativos não podem ser completamente desassociados das crises do universo econômico produtivo.

Estudos recentes sobre as novas configurações do mercado de trabalho constataam que embora ninguém esteja imune ao desemprego os jovens seriam os mais afetados. No Brasil, dos 7,1 milhões de desocupados, cerca de 4,2 milhões têm entre 15 e 29 anos, o que corresponde a 58,8% da força de trabalho nacional (IBGE, 2010). A taxa de desemprego nessa faixa etária (12,9%) equivale a quase o dobro da média do país (7,65%), de acordo com o último Censo, realizada em 2010.

Em termos internacionais a situação também é alarmante; segundo dados da pesquisa “Emprego entre os jovens - tendências para a juventude 2012”⁹, realizada pela OIT, a crise econômica pôs fim à tendência de declínio de desemprego entre os jovens que vinha se verificando entre 2002 e 2007. Desde 2007, o número de jovens sem emprego aumentou em mais de 4 milhões em todo o mundo. O índice mais recente, de 2011, foi de 12,6%, o equiva-

lente a cerca de 74,5 milhões de pessoas. E a projeção para este ano é de que a cifra permaneça nessa faixa - um índice de 12,7%.

Diante dos dados é possível afirmar que esse grupo etário enfrenta obstáculos para além da mera exclusão. Korman (2006) esclarece que “as categorias ligadas ao conceito de exclusão remetem a posições sociais em que assertivamente possa haver uma localização como dentro ou fora.” Para a autora, no entanto, existiria entre a exclusão e a integração uma vasta zona de vulnerabilidade social (p.117).

Robert Castel (1998) defende que o estado de vulnerabilidade (de massa) é a nova questão social vivenciada no centro das sociedades salariais. Para o autor, mesmo aqueles que possuem uma aparente estabilidade nas suas relações de trabalho, estão eminentemente vulneráveis.

Antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal cuidadas, mal consideradas etc. Não existe nenhuma linha divisória clara entre essas situações e aquelas um pouco menos aquinhoadas dos vulneráveis que, por exemplo, ainda trabalham, mas poderão ser demitidos no próximo mês, estão mais confortavelmente alojados, mas poderão ser expulsos se não pagarem as prestações, estudam conscientemente mas sabem que correm o risco de não terminar... Os “excluídos” são, na

maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram. Mas existe também uma circulação entre essa zona de vulnerabilidade e a da integração, uma desestabilização dos estáveis, dos trabalhadores qualificados que se tornam precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados. (...) Encontram-se desfilados, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram desligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade. (p.569)

De acordo com Castel “trabalho é mais que trabalho e, portanto, não-trabalho é mais que desemprego”. Desta forma, o autor ressalta que o trabalho não pode ser tomado como simples relação econômica, mas como algo que insere o indivíduo na estrutura social e organiza uma parte significativa de suas redes de sociabilidade. Nas palavras de Claude Lévy-Leboyer, “os papéis profissionais representam um elemento capital do desenvolvimento da personalidade adulta e da socialização do indivíduo.(...) Os mais atingidos são os jovens que procuram um primeiro trabalho, exatamente aqueles que, sob o plano psicológico, também estão à procura da sua identidade” (in DOWBOR, 2001, p.28).

Deste modo, se a precariedade fragiliza, ela aciona também ações criativas e coletivas que buscam driblar o contexto adverso. Marginais de massa, como denominou Certeau (1994), os jovens se organi-

zam coletivamente para reivindicar direitos e construir soluções. As mobilizações ao redor do mundo mostram a força de vida e produção dos que estão excluídos do trabalho assalariado.

O professor Leonardo Boff (2012) vê nos movimentos dos Indignados da Espanha, nos *occupiers* estadunidenses e nos jovens da Primavera Árabe, a força-reação de uma juventude que reivindica uma democracia real. Boff, que por ocasião do Fórum Social Temático de Porto Alegre teve a oportunidade de ouvir o testemunho dos jovens envolvidos nesses movimentos, comenta que a democracia reivindicada pelos indignados caracteriza-se por vincular justiça social com justiça ecológica.

O que me deixou muito impressionado foi a seriedade dos discursos, longe do viés anárquico dos anos 60 do século passado com suas muitas “parolle”. O tema central era “democracia já”. Revindicava-se uma outra democracia, bem diferente desta a que estamos acostumados, que é mais farsa do que realidade. Querem uma democracia que se constrói a partir da rua e das praças, o lugar do poder originário. Uma democracia que vem de baixo, articulada organicamente com o povo, transparente em seus procedimentos e não mais corroída pela corrupção.

Para o professor trata-se de uma nova sensibilidade que, organizada em rede, reivindica outro modo de ser cidadão.

“Cidadãos com direitos, com participação, com relações horizontais e transversais facilitadas pelas redes sociais, pelo celular, pelo *twitter* e pelos *facebooks*”. Assim como Boff, o sociólogo Ruy Braga (2011) reconhece o papel das mídias sociais na articulação dessas manifestações e acredita que “a principal força impulsionadora destes movimentos é, sem dúvidas, o jovem precarizado global”.

A inserção no mercado formal de trabalho tornou-se cada dia mais incerta, fazendo com que a juventude oriunda dos grupos sociais subalternos questionasse a promessa, inerente ao capitalismo, do progresso individual por meio do trabalho. A crise atual está funcionando como um catalisador desta interrogação, conduzindo milhares de jovens precarizados à ação direta. Além disso, estes movimentos estão construindo aquilo que podemos chamar de “poder simbólico”: buscam se apropriar de espaços públicos a fim de superar suas debilidades organizativas e mobilizar outros “indignados”. Para tanto, fazem uso das mídias sociais.

Nesse artigo, percebemos os movimentos sócio-políticos em rede, promovidos pela juventude, como alternativas para a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Hardt e Negri (2004) destacam que a produção contemporânea é cada vez mais biopolítica, ou seja, envolvem não só produção de objetos, mas também

de conhecimento, comunicação, informação, formas de linguagem e relações sociais colaborativas. Nesse sentido, tende a envolver toda a sociedade, inclusive os excluídos de processos produtivos tradicionais. Em última análise, as mobilizações em rede são a produção biopolítica da composição heterogênea do trabalho nas metrópoles.

O uso do prefixo *bio* para referir-se ao poder imperial e a potência da multidão deriva das reflexões iniciadas por Michel Foucault, no entanto os conceitos apresentam distinções que cabem ser destacadas. Na obra de Foucault, o termo biopolítica surge na periodização que autor faz entre a passagem das sociedades de soberania para as sociedades disciplinares. “O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e finalmente, da vida; culminava com privilégio de se apoderar-se da vida para suprimi-la (Foucault, 2009, p.148)”. Com a passagem para as sociedades disciplinares, a morte perde sua centralidade e o interesse do poder passa ser o de gerir a vida através dos corpos. Nesse novo regime, o poder é destinado a produzir forças e as fazer crescer e ordená-las, mais do que barrá-las ou destruí-las. Nesse sentido, ele situa-se na estratégia mais ampla do biopoder e dele faz parte. Esse poder sobre a vida desenvolve-se em duas formas principais: a primeira centrou-se no seu caráter

produtivo. No seu adestramento, nas suas aptidões, na sua utilidade e docilidade, transformando o corpo em máquina. Na segunda, centrou-se no controle da manutenção e reprodução da vida – taxas de mortalidade, nascimento, longevidade e saúde. “Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (Foucault, 2009, p.152).

Em Hardt e Negri (2004), o conceito de biopolítica é mobilizado para caracterizar a produção da multidão e, nesse sentido, tem um viés essencialmente positivo. Os autores explicam que “o biopoder situa-se acima sociedade, transcendente, como autoridade soberana, e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho” (Hardt e Negri, 2004, p.135).

Lutas em rede: resistência, indignação e esperança

Genealogia das resistências

Traçando uma genealogia das modernas resistências, Hardt e Negri (2004) destacam uma tendência para uma organização cada vez mais democrática, em rede e com relações colaborativas. Num exercício histórico, os autores recordam a maneira

como as formas de rebelião, revolta e revolução mudaram ao longo do último século, “de estruturas militares centralizadas, para organização em guerrilha e finalmente para uma forma disseminada de rede, mais complexa” (p.97). Segundo os autores, as formas de resistências têm três princípios norteadores: 1) oportunidade histórica; 2) correspondência com os modelos dominantes de produção econômica e social; 3) anseios democráticos e libertadores. Deste modo, delinear uma genealogia dos movimentos de lutas e resistências, por fim, ajuda-nos a identificar maneiras mais adequadas de resistir no contexto contemporâneo.

A genealogia parte da evolução das revoluções camponesas para a organização em exércitos populares. Segundo os autores, todas as grandes lutas revolucionárias contra poderes coloniais, nas Américas, na Ásia e na África, envolveram “a transformação de forças rebeldes dispersas e irregulares num exército” (p.105). Conforme dito, a consonância entre modelos de resistência e formas de produção é uma das forças norteadores dos movimentos. Nesse sentido, a formação de um exército popular numa guerra civil moderna corresponde à transição de experiências camponesas para a dos trabalhadores industriais. Os autores citam a revolução promovida por Mao Tsé-tung, na China e o exército de camponeses Zapatistas, no México, como exemplos de

união de forças guerrilheiras isoladas em exércitos populares unificados. Embora, eficaz, os exércitos populares não atendiam o anseio de democracia, uma vez que vitoriosos, davam origem ao governo nacional, hierárquico e centralizado. Deste modo, “a democracia nem de longe pode ser considerada garantida pelo exército popular” (p.108).

Na década de 1960, os autores ressaltam o renascimento dos movimentos de guerrilha em virtude de uma crescente rejeição do modelo centralizado de exército. Os movimentos de guerrilha, embora mais democráticos que seus antecessores, ainda são débeis em democracia, sobretudo quando chegam ao poder. Ocorre que a aparente horizontalidade da organização em guerrilha não se efetiva, uma vez que existe a pretensão de uma unidade de autoridade no comando, como um líder político. Os autores citam o modelo cubano e chinês de guerrilhas como “essencialmente ambivalentes no que diz respeito à liberdade e à democracia”.

Em comum, ambos os movimentos têm a ideia de “povo” como forma de soberania que substitui a autoridade vigente. Hardt e Negri (2004) esclarecem que o povo, com frequência, serve de meio-termo entre o desejo da população e o comando exercido pelo poder. No entanto, “a ambiguidade do conceito de povo soberano revela-se uma espécie de duplicidade, já que

a relação legitimadora tende sempre a privilegiar a autoridade, e não a população como um todo” (p.116).

Os autores destacam que, após 1968, a forma dos movimentos de libertação e resistência passou por uma mudança radical, uma mudança que correspondia às mudanças na força de trabalho e nas formas de produção social. Da mesma forma que as revoltas camponesas revelavam a transição de um processo de produção rural para o trabalho industrial, as técnicas de guerrilha também se ajustaram à maneira da produção pós-fordista. Nesse sentido, os movimentos de resistência pós-modernos funcionam à semelhança desse novo modelo de produção. “As redes de informação, comunicação e cooperação – eixos fundamentais da produção pós-fordista – começam a definir os novos movimentos guerrilheiros” (p.120).

É assim que a internet passa a ser o terreno onde as batalhas são travadas e criatividade, cooperação e comunicação passam a ser ferramentas fundamentais para as lutas em rede. Os autores esclarecem que “esse novo tipo de força resiste e ataca o inimigo como sempre fizeram as forças militares, mas cada vez mais seu foco é interno – produzir novas subjetividades e novas formas de vida dentro da própria organização” (p.121).

Apesar da estruturação cronológica dos movimentos, não é intenção dos auto-

res afirmarem uma marcha linear das resistências em direção à democracia absoluta. Ao contrário, eles ressaltam que esses processos são imprevisíveis, uma vez que “a história desdobra-se de maneiras contraditórias e aleatórias” (p.133). Hardt e Negri citam movimentos como a intifada palestina, as lutas contra o *apartheid* na África do Sul e o exército zapatista de libertação nacional como exemplos de organizações que coadunam modelos tradicionais de resistências com as novas estratégias de luta em rede.

Lutas em rede

Em visita ao Brasil, o sociólogo espanhol Manuel Castells falou sobre a emergência das manifestações protagonizadas por jovens indignados que tomam o mundo. As revoluções em rede foram o assunto da sua fala em conferências realizadas na cidade de São Paulo e Porto Alegre e tema desenvolvido no seu livro “Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet” (2013). Na publicação, lançada recentemente no Brasil, Castells apresenta sua compreensão sobre como esses movimentos se organizam, se estruturam e quais são seus objetivos. Embora reconheça que os contextos sejam diversos, o autor identifica padrões que os unem e os caracterizam. A organização em rede (viabilizada pelas redes so-

ciais), a horizontalidade, o caráter democrático e a ausência de um programa delimitado de ação e reivindicação, são características citadas pelo sociólogo.

Para Castells (2013), a comunicação em rede rompe com o monopólio da mídia tradicional no fornecimento de informação e formação de opinião. O uso horizontal das ferramentas de comunicação confere autonomia ao sujeito social. Nas manifestações recentes, a rede foi espaço de encontro, negociação e articulação dos movimentos. Castells destacou que não por acaso os governos temem a internet. Na Turquia, após três semanas de protesto, o governo cogitou restringir o uso das redes sociais. Além de servir como espaço de encontro e divulgação de informações, a internet viabiliza a criação de redes de colaboração e suporte. No Rio de Janeiro e São Paulo, depois de algumas prisões aparentemente arbitrárias após as manifestações, diversos advogados disponibilizaram seus telefones e ofereceram suporte jurídico voluntário.

Outra característica dos movimentos é a organização descentralizada e democrática. Castells (2013) observa que antes, quando descontentes, os grupos precisavam recorrer a sindicatos e partidos para ganhar representatividade. As redes sociais possibilitaram uma auto-organização espontânea, dispensando porta-vozes dos desejos da rua. São recorrentes, nas

páginas das manifestações mensagens de recusa de liderança e participação de partidos políticos. Esse aspecto, também evidencia um esgotamento da representação política, destacado pelo sociólogo espanhol. “Os movimentos não têm objeção ao princípio da democracia representativa, mas denunciam a prática dessa democracia tal como se dá hoje e não reconhecem sua legitimidade” (p.172).

Para Castells, embora as manifestações tenham motivações próprias, a indignação é força motriz de todos os movimentos. Ele exemplifica com as manifestações na Europa e nos Estados Unidos. Ambas foram motivadas pela crise econômica, no entanto a indignação surgiu quando os governos agiram em favor dos bancos em detrimento da população. Nos países árabes, também houve crise econômica, mas os movimentos surgiram da indignação por imagens de violência divulgadas na web. O sociólogo acredita que as mudanças na sociedade surgem diante do desespero frente a algo insuportável. Segundo ele, as manifestações são resultado do momento em que a raiva supera o medo. Depois da raiva provocada pela indignação, vem a emoção da solidariedade e de nos relacionarmos com os outros frente ao perigo da repressão. Entretanto, para que se forme um movimento social, a ativação emocional dos indivíduos deve conectar-se a outros indivíduos. Isso exige um processo de

comunicação de uma experiência individual para outras (2013, p.19).

Indignai-vos: a produção subjetiva dos movimentos

Conforme ressaltado por Castells (2013), os movimentos têm contextos diferentes e reivindicações distintas. O que iremos observar, no entanto, são os pontos de convergência, observando as conquistas dos movimentos precursores, e atentando para as perspectivas para o futuro. Outro aspecto ao qual estaremos especialmente atentos diz respeito a suas produções subjetivas. Em comum, esses movimentos têm a rede social como ferramenta de articulação e divulgação, organização descentralizada, reivindicação por democracia que se relaciona com contextos sócio-econômicos e, por fim, todos são resultado da produção de uma subjetividade indignada. Castells (2013) explica a natureza desses eventos:

Os movimentos sociais são emocionais. A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, dentro ou fora do movimento (...) mas o *big bang* de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. (p.18)

O que produz esses movimentos e o que esses movimentos produzem?

No entanto, ainda que se analise em detalhes os movimentos sociais recentes, não parece possível restringir os processos constituintes desses eventos. Em parte porque, como observamos, eles vêm de muitos lugares. As motivações são diversas e múltiplas. Em comum, todos nascem de uma indignação que quando coletivizada se expressa em formas espontâneas de manifestações. Em outro sentido, a resposta é complexa porque parece haver um caráter reprodutivo nesses movimentos, ou seja, embora tenham razões aparentemente precisas, eles parecem criar novos movimentos. Deste modo, a produção de um movimento seria sua reprodução. De outro modo, nos parece verdadeiro também que o movimento – enquanto acontecimento – produz uma transformação na subjetividade (Lazzarato, 2006).

Hardt e Negri (2000) defendem que as revoluções comunistas de 1917 e 1949, as grandes lutas antifascistas das décadas de 1930 e 1940 e as lutas de libertação da década de 1960 até 1989 foram fundamentais para a formação de uma nova subjetividade política. Parece-nos que o momento atual também é promissor no campo da subjetividade. As mobilizações que se espalham pelo mundo representam uma mudança de paradigma de ação e or-

ganização social. Castells (2013) observou que as manifestações populares, mais do que as instituições políticas e econômicas são promotoras de mudança. Ele ressaltou que qualquer manifestação política começa em nossas mentes para depois materializar-se na prática. “A forma como pensamos, determina a forma como atuamos. Portanto, o que realmente condiciona o comportamento da sociedade é o que ocorre em nossas mentes”.

Segundo o autor, os movimentos são partes de um mesmo movimento, coletivo e global, que não é político e sim social. Para o sociólogo, os movimentos recentes são acionados por pretextos, mas têm como desejo principal a recuperação de uma dignidade perdida.

Movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeado pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança, em função de revoltas exitosas em outras partes do mundo, cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet. (Castells, 2013,p.159)

Foucault (2003) defende que o essencial dos movimentos é a sua força criadora, sua capacidade de criar novas formas de vida. Assim, a indignação não paralisa e as conquistas não interrompem o movi-

mento. Porque o movimento quer mais do que suas reivindicações deixam ver. Partindo dos movimentos *gays* da década de 1960 e 1970, Foucault propõe que

em vez de fazer valer que os indivíduos têm direitos fundamentais e naturais, deveríamos tentar imaginar e criar um novo direito relacional que permitisse que todos os tipos possíveis de relações pudessem existir, não sendo impedidas, bloqueadas ou anuladas por instituições empobrecedoras das relações (p. 310).

Deste modo, resistir é mais que dizer “não”, a negativa para Foucault é a menor forma de resistência. “A resistência deve abrir um processo de criação, de transformação e de participação ativa nesse processo” (Lazzarato, 2006, p. 21).

Conclusão

A multidão em busca da dignidade que se perdeu

A multidão é o único sujeito social capaz de realizar a democracia, ou seja, o governo de todos. (Hardt e Negri, 2004, p.141)

O conceito de multidão, desenvolvido por Hardt e Negri, emerge como contra posição a outro conceito dos autores, o

Império. O Império corresponde a uma nova ordem política que não se funda mais no poder centralizado exercido por Estados-nação, mas de modo inverso “é composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica e regra única” (Hardt e Negri, 2000, p.12). Os autores destacam que o Império é uma forma paradigmática do biopoder, pois o objeto do seu governo é a vida social como um todo. O biopoder situa-se acima da sociedade e impõe sua ordem. Dizem os autores, “o Império não só administra um território com a sua população, mas também cria o mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana” (p.15).

A multidão surge no próprio terreno imperial, não só para resistir às forças do Império, mas, sobretudo, para construir um Contra-império. Para tanto, os autores advertem que “a multidão terá de inventar novas formas democráticas e novos poderes constituintes que um dia nos conduzirão através e além do Império” (p.15). Nesse sentido, é através de uma produção biopolítica que a multidão resiste ao Império. Diversamente do biopoder, a produção biopolítica emerge da sociedade, criando relações, novas formas de sociabilidade, de maneira colaborativa e criativa. A nova ordem traz, portanto, novas formas de resistência.

Nesse trabalho, a resistência da multidão se expressa nos movimentos sociais recentes. A revolta pacífica dos Indignados espanhóis, a onda revolucionária árabe, as ocupações de praças americanas e turcas e as manifestações brasileiras convergem características que as tornam representativas do movimento da multidão. Cada um desses movimentos, com suas reivindicações específicas, mas ao mesmo tempo globais carregam o projeto político da multidão.

A partir desse duplo *lócus*, esses movimentos conseguem reunir uma multiplicidade de indivíduos, que se reúnem por um objetivo comum. Essa é uma das características da multidão. Hardt e Negri (2004) definem multidão como um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na diferença), mas naquilo que tem em comum. (p.140). Como observamos, esses movimentos compartilham uma emoção, a reação indignada diante de algo que parece injusto. A produção biopolítica da multidão tende a mobilizar o que compartilha em comum e o que produz em comum contra o poder imperial do capital global (p.142).

A crise de legitimidade política e a capacidade de se comunicar através da internet e de dispositivos móveis levam à possibilidade de que surjam movimentos

sociais espontâneos a qualquer momento e em qualquer lugar. A luta em rede protagonizada por grupos heterogêneos com anseios comuns busca produzir novas subjetividades e novas formas de vida dentro da própria instituição. A organização em rede é outro ponto em comum dos movimentos e também um traço distintivo da multidão. A multidão é “uma rede aberta e em expansão na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente, uma rede que proporciona os meios de convergências para que possamos trabalhar e viver em comum” (2004, p.12).

A estrutura em rede permitiu também os movimentos serem descentralizados e auto governados. As manifestações em rede dispensam lideranças, são horizontais e descentralizadas. Do mesmo modo é a multidão. Nesse sentido, os autores esclarecem que a multidão desafia preceitos da filosofia política que afirmam que só a unidade é capaz de se governar. Eles esclarecem que embora a multidão se mantenha múltipla e internamente diferente, é capaz de agir em comum, e, portanto de se governar.

Por fim, os movimentos, embora singulares, se relacionam, na medida em que compartilham o mesmo projeto político, qual seja: o projeto político da multidão. Um projeto político é condição de existência da multidão. É o que lhe alimenta e lhe dá vida. Projeto político é mais abrangente

que as reivindicações pontuais. Hardt e Negri (2004) explicam que, embora necessárias, as “listas de exigências” podem obscurecer o fato de que o que é necessário é uma transformação muito mais geral da sociedade e das estruturas de poder. Não se trata de abrir mão de reivindicações concretas, vimos que elas são fundamentais para mobilizar a multidão, mas é o projeto político que garante conquistas globais. Os movimentos nesse sentido são contínuos porque embora as reivindicações pontuais possam ser atendidas, seu projeto de democracia exige mais. Não por acaso, passados mais de dois anos da Primavera Árabe, barracas voltam a ser montadas na Praça Tahrir, no Egito, em protesto ao governo de Mohamed Mursi. A praça Taksim, em Istambul, permanece ocupada mesmo depois do primeiro-ministro Erdogan prometer interromper as obras no parque Gezi e propor um referendo para determinar o futuro do projeto. No Brasil, um dos slogans adotados pelos manifestantes foi “não é pelos 0,20 centavos”, em referência ao valor do aumento das tarifas de ônibus. De fato, revogado o aumento, as manifestações não cessaram. Como em todos os outros movimentos, atendidas as reivindicações que levaram as pessoas às ruas, outras causas entraram em pauta, e o movimento se espalhou por cidades onde a tarifa não era uma questão. Isso ocorre porque a insa-

tisfação é mais ampla, o intolerável que o acontecimento revela produziu uma nova subjetividade, indignada, com anseios democráticos e libertadores. Os movimentos permanecem porque estão em busca de uma dignidade que se perdeu, e é preciso recuperá-la.

Notas

¹Mensagem publicada na página do movimento Occupy Brasil no Facebook a respeito das manifestações no país e na Turquia.

² *Hashtag* é a definição dada para um tópico/discussão que se deseja indexar de forma explícita pelo *Twitter*, composto da palavra precedida pelo caractere #. Recentemente, o *Facebook* incorporou o recurso à sua plataforma.

³ <http://oglobo.globo.com/mundo/o-governo-turco-versus-twitter8576388#ixzz2VGldTgan>

⁴ <https://www.Facebook.com/OccupyGezi>

⁵ <https://www.Facebook.com/OccupyBrazil>

⁶ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki>

⁷ <http://www.democraciarealya.es/quienes-somos/>

⁸ <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/10/taxa-de-desemprego-na-espanha-sobe-para-215-no-3-trimestre.html>

⁹ <http://www.oit.org.br/publication>

Referências

- Boff, L. (2012). *Para onde irão os indignados e os occupiers?* Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2012/02/12/para-onde-irao-os-indignados-e-os-occupiers/>
- Braga, R. (2009). *Marx está de volta*. Entrevista Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1015113-marx-esta-de-volta-diz-professor-ruy-braga-sobre-crise-economica.shtml>
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: os movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1999). *A sociedade em rede: Vol. 1. A era da informação: Economia, sociedade e cultura* (2. ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- Cocco, G. (2013). *Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521331-mobilizacao-reflete-nova-composicao-tecnica-do-trabalho-imaterial-das-metropoles-entrevista-especial-com-giuseppe-cocco>
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. São Paulo: editora 34.
- Deleuze, G. e GUATTARI, F. (2003). *Deux regimes de fous*. Paris: Ed. De Minuit.
- Dowbor, L. (2001). *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora Senac.
- Foucault, M. (2003). *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2009). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Edições Graal.
- Hessel, S. (2011). *Indignai-vos*. São Paulo: Leya Brasil.
- Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Korman Dib, S. (2006). *Juventude e projeto profissional: a construção subjetiva do trabalho*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IP.
- Hardt, M e Negri, A. (2000). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Hardt, M e negri, A. (2004). *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Soares, L.E. (2013). *O que eu sei e o que eu não sei sobre as manifestações pelo passe livre*. Disponível em < <http://www.luizeduardosoa>

<res.com/?p=1098>> Acesso em 21 de julho de 2013.

Carolina Salomão Corrêa: Doutoranda em psicologia clínica. Mestre em psicologia e graduada em comunicação social pela PUC-Rio.

E-mail: krolsalomao@gmail.com

Solange Jobim e Souza: Doutora. Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do CNPq e FAPERJ.

E-mail: soljobim@uol.com.br

Recebido em: 18/03/2014 – Aceito em: 03/07/2014
